

AS PALAVRAS, AS PRÁTICAS E AS PERSPETIVAS: MULTIDISCIPLINARIDADE, INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

Maria Manuel Baptista

Universidade de Aveiro

Departamento de Línguas e Culturas (DLC)

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC)

Rui Alexandre Grácio

Universidade de Aveiro

Departamento de Línguas e Culturas (DLC)

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC)

A presente introdução é constituída por dois momentos. No primeiro, apresentaremos a ideia de interdisciplinaridade como um denominador comum aos textos reunidos neste livro¹, tecendo uma perspetiva problematizadora sobre o seu significado. No segundo, faremos uma reflexão sobre os conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, articulando-os de forma a elucidar o que diferencia as perspetivas que surgem sob as designações de Ciências da Cultura, Estudos da Cultura e Estudos Culturais.

I. O ENSINO E A INVESTIGAÇÃO EM CULTURA: O QUE HÁ DE PROBLEMÁTICO E DE FECUNDO NA INTERDISCIPLINARIDADE?

Para além dos relatos e das informações que os vários colaboradores deste livro apresentam sobre as instituições em que se encontram inseridos, pondo em evidência as múltiplas possibilidades e direções investigativas que os Estudos Culturais assumem no contexto português, há um denominador

¹ A presente publicação teve origem no 1.º Congresso da Rede de Estudos Culturais (RNEC), subordinado ao tema *Cartografias, Desafios e Possibilidades*, realizado nos dias 25, 26 e 27 de maio de 2022 na Universidade de Aveiro e reúne contributos de muitos dos participantes nesse evento.

comum, ou uma *keyword*, que, de uma ou de outra forma, atravessa todas as contribuições. Essa palavra de ordem é “interdisciplinaridade” e surge como uma marca epistemológica dos próprios Estudos Culturais.

Talvez importe, a partir dessa constatação, perguntar sobre o que insta a proclamar tão unanimemente a interdisciplinaridade como característica dos Estudos Culturais. Talvez valha a pena interrogar sobre porque é que se atribuem certos perigos e certas virtudes à interdisciplinaridade, numa ambivalência que persiste; em suma, será interessante tentar perceber para que caminho aponta esta necessidade de criar alternativas a um certo monolitismo disciplinar que, em termos das dinâmicas culturais, se revela notoriamente insuficiente.

O apelo à interdisciplinaridade e a ambivalência com que ele se confronta é bem ilustrada pelas palavras de uma das colaboradoras deste livro:

A interdisciplinariedade é precisamente o que nos permite, segundo Turner (2011), a remoção de barreiras entre as várias disciplinas e sua compartimentalização, permitindo, assim, o acesso a objetos de estudo que haviam sido tornados invisíveis por estruturas tradicionais com barreiras disciplinares bem definidas. Curiosamente, esta interdisciplinaridade, que caracteriza quer os estudos culturais, quer os estudos de turismo, e que é tida como eminentemente positiva, tem sido simultaneamente alvo de críticas devido à alegada falta de rigor e metodologia que estas áreas de estudo oferecem por se apropriarem, alegadamente de forma superficial, das metodologias de outras disciplinas. (Gonçalves, ver infra, pp. 174-175)

Uma das direções para responder a esta questão pode também ser encontrada na presente publicação. Hoje o horizonte “mundo” tornou-se um referente constante no discurso comum, convocando um holismo planetário em que a articulação entre o global e o local se interpenetram incessantemente. Não é assim estranho, por exemplo, vermos emergirem os Estudos Globais cujo objetivo “é analisar o mundo na sua complexidade histórica e na sua interconexão cultural, social e política, apoiando-se a sua metodologia na interdisciplinaridade e no descentramento cultural”. (Sequeira e Franco, ver infra, p. 21)

Esta presença do mundo global como horizonte, como um todo conectado, cartografado, mediatizado e interdependente exige novas formas de pensar e interpela-nos de uma forma complexa. Poder-se-á dizer que, historicamente, primeiro houve um avanço disciplinar do conhecimento científico, efetuado com base na exploração organizada (cf. Heidegger, 1962) solidário de um crescente

processo de especialização. Este progresso foi realizado de costas viradas para as exigências do círculo hermenêutico, ou seja, através de uma progressão feita por focalização no delimitado, por abstração do todo e de um primado atribuído ao método, quando, no que diz respeito ao círculo hermenêutico, se reclama justamente a compreensão da parte à luz do todo e do todo à luz das partes. Não era aliás por outra razão que H.-G. Gadamer (1977, p. 443) afirmava que “não há método que nos ensine a perguntar”.

No entanto, na vigência da nossa modernidade tardia e nesse *interregnum* que a parece caracterizar — em que as coisas já não são o que eram e ainda não são o que vão ser ((Bauman, 2007) —, vai emergindo progressivamente a consciência de que, após tantos movimentos de “autonomização” e de especialização — movimentos que produziram sem dúvida eficácia e alimentaram sem cessar a ideia de controlo —, acabámos por ser conduzidos a uma fragmentação excessiva, a um retalho e a uma atomização dispersa, caótica e distante do “mundo da vida”.

Com efeito, a arrumação em compartimentos que retalham rigidamente os assuntos através de estreitamentos focais metodológicos — gerando sem dúvida poder quanto à capacidade de prever e manipular — não parecem ser apropriados para o tratamento de questões que, mais do que produzir conhecimentos e domínio, são essenciais para a nossa orientação existencial no mundo e, concomitantemente, para que não se desista do horizonte de justiça a que sempre está associada à esperança enquanto componente motriz da própria vida.

Se, no presente livro, a condição de termos de lidar com a diversidade é várias vezes salientada, então o caminho da simplificação analítica deve dar lugar à via do pensamento complexo no qual o termo “articulação” é fundamental. Mas “articular”, no contexto da modernidade tardia e no jogo de linguagem dos Estudos Culturais, não é apenas ter em atenção a relação das partes e do todo (até porque este “todo” se tornou problemático e suspeito), mas atentar nas zonas fronteiriças onde as distinções são forçadas, nas divisões que elas permitem instituir e nos processos de normalização e de naturalização a que dão origem.

Acresce a isto que a tradicional ideia de produzir conhecimentos em função de objetivos a alcançar urge ser complementada por um trazer a primeiro plano a centralidade da noção de problema. Trata-se, com efeito, de identificar e formular problemas que implicam pensar e configurar, na sua multidimensionalidade, os assuntos que queremos tratar, sendo que esse pensamento não

tem de estar subordinado nem ao útil da finalidade concreta e imediata, nem ao cálculo. Mais do que organizar e disciplinar, é tempo de refletir sobre os modos de vida e sobre uma coexistência humana cuja dignidade e a dimensão ética não se quer adiaforizar.

Se pensarmos a cultura como um tecido de pressupostos constitutivos de qualquer ser e comunidade humanos nos quais ressoa, de algum modo, o sentir dos tempos (sendo, por conseguinte, algo que atravessa modos comuns de vida), então convocar os conhecimentos relevantes para equacionar os problemas parece ser uma prática necessária numa época pautada tanto pela fragmentação e pela quantidade de informação, quanto pelo desnorde que ambas acabam por gerar. Como observava Eduardo Giannetti numa reportagem televisiva, estamos a ficar obesos de informação e famintos de sentido.

Com efeito, a disciplinarização e o progresso das disciplinas por especialização provocaram um novo caos: o caos da fragmentação, que se repercute também num caos de comunicação e de cidadania. É também por isso que soaram as trombetas da necessidade da interdisciplinaridade, da necessidade de articulações que, mais do que explicações, produzam sentido e apego existencial. Tal significa que a compartimentação e a emergência da autoridade dos especialistas nos colocou em novas situações paradoxais que revelam que o conhecimento sem pensamento nos torna carentes de sentido e mais heterónomos e perdidos. Como notou Z. Bauman (2007, p. 231), “a competência especializada promete aos indivíduos os meios e técnicas para escapar da incerteza e ambivalência e assim controlar suas próprias vidas. Ela apresenta a dependência face aos especialistas como uma libertação do indivíduo, a heteronomia como autonomia”.

O que significa este clamar pela interdisciplinaridade, senão a necessidade de retomar a problematicidade do mundo na sua complexidade e, ao mesmo tempo, a falência do primado da epistemologia disciplinada? Que significa senão a emergência da retoma da componente libertadora e criativa do pensar? A apetência por uma abrangência a que nos desabituíamos face aos imperativos produtivos das tarefas específicas nas quais tantas vezes não conseguimos encontrar sentido existencial?

O pensamento questionador ronda, mas como um espectro recalcado pelo tipo de organização civilizacional que foi traçado a partir da modernidade e da secularização, nas quais o útil, a solução, a certeza, o assenhoreamento, a dominação e o controlo são os grandes vetores. Hoje somos confrontados com as consequências de tão obstinada exploração, com o reverso desse sonho que

foi e é, na expressão de M. M.a Carrilho (2022), o “paradigma do ilimitado”. E, sempre que é preciso colocar as questões a um nível mais holístico, os Estudos Culturais são uma boa via a seguir.

Afinal, como nos lembra Z. Bauman,

temos pouca ou nenhuma dúvida de que, em vez de ser uma força conservadora, a cultura está constantemente sondando, desafiando e pressionando o status quo para que mude. Cultura, nós podemos dizer, é uma faca pressionada contra o futuro. Dificilmente cultura e realidade estão plena e verdadeiramente em paz. Isso foi o que quis dizer ao re-presentar a cultura como práxis — a atividade em curso de reformular, simultaneamente, os padrões das ideias humanas e as práticas humanas.²

Num outro lugar, sublinhámos já a complexidade e o pensamento apto a lidar com a complexidade como a primeira característica dos Estudos Culturais:

A primeira característica que gostaríamos de destacar é a ideia de complexidade (Morin, s/d), a qual se revela, primariamente, num profundo compromisso com a ideia de complexidade do fenómeno cultural. Para além disso, os investigadores desta área colocam uma particular ênfase na produção contextual, multidimensional e contingente do conhecimento cultural, procurando refletir nos resultados da sua investigação a complexidade e o carácter dinâmico e até, frequentemente, paradoxal do objeto cultural que abordam. (Baptista, 2009, p. 452)

Em suma, talvez que uma das principais questões se coloque em termos da mobilização da nossa atenção. Os saberes disciplinados predeterminam a direção da nossa atenção, fazendo frequentemente mergulhar nos procedimentos metodológicos pré-estabelecidos. Mas há também que trazer a capacidade da seleção e da escolha para o nível da atenção (sobre os estudos sobre a atenção ver Murray, 2022, pp. 93-109, artigo no qual a autora perspetiva o poder como relações de atenção) pois, como alerta James William (2018, p. 128), “a fim de fazer qualquer coisa que importa, devemos primeiro ser capazes de dar atenção às coisas que importam. É minha firme convicção, agora mais do que nunca, que o grau em que somos capazes e estamos dispostos a lutar pela posse de nossa atenção é o grau em que somos livres”.

² Bauman em http://zahar2.tempsite.ws/catalogo_exclusivo.asp?id=1315&ide=659

É assim provável que o discurso da interdisciplinaridade tenha a ver com essa forma de resistência e luta pelo redirecionamento da atenção rumo a relevâncias que permaneceram na obscuridade do recalque e que agora aparecem como irrupção do pensamento em tempos de não-pensamento (cf. Pereira, 2019).

Naturalmente que o tema da interdisciplinaridade coloca também a questão dos especialistas, da sua caracterização e do seu estatuto social. Mas esse não é um tema que aqui possamos aprofundar. Focando-nos na palavra-chave “interdisciplinaridade” e no paradigma da complexidade, talvez a melhor conclusão seja considerar as equilibradas palavras de Chesta (2019, pp. 116-117):

Para navegar na complexidade, precisamos de novos coletivos intelectuais e novas redes de especialistas que sejam capazes de promover os direitos dos não representados e dos impotentes e fazer com que as instituições públicas trabalhem contra aqueles que estão em posição de impor força pura e simples sobre a força do melhor argumento. As instituições devem proporcionar as condições de produção para a prática de uma especialização reflexiva, capaz de reconhecer e criticar a retórica do determinismo tecnocientífico, consciente da especificidade das suas condições de produção, da sua contribuição científica e do seu papel público de empoderamento coletivo. Mais uma vez, é preciso rediscutir as condições que permitem a arte da *parresia*.

II. AS PALAVRAS, AS PRÁTICAS E AS PERSPETIVAS: PARA UMA CONCEPÇÃO TRANSDISCIPLINAR DOS ESTUDOS CULTURAIS

As palavras, as práticas e as perspetivas

Poucas serão as palavras/conceitos tão frequentemente (mal) usadas, e abusadas, como multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, mesmo, e sobretudo, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais.

No caso dos Estudos Culturais o seu esclarecimento é decisivo para se poder compreender o que os podem distinguir, não só em termos metodológicos e práticos como teóricos, das áreas conhecidas por Cultura, Ciências da Cultura e Estudos de Cultura.

O trabalho de reflexão epistemológico a que aqui nos propomos não visa em primeiro lugar negar a permeabilidade, zonas de intercessão, cruzamento e passagem, inseminação e hibridismo de umas áreas às outras, mas tão so-

mente distinguir os seus modos próprios de construção de conhecimento num domínio que latamente se autorrepresenta como estudando a ‘Cultura’.

Com efeito, na tradição alemã do século XVIII-XIX (cf., entre outros, Herder, 1987, 1995), o estudo da ‘Cultura’ encontra-se intimamente relacionado com as questões identitárias do Estado-nação, recolhendo no movimento literário Romântico e no Idealismo filosófico hegeliano os fundamentos do estudo da cultura enquanto recolha e análise das raízes da ‘cultura popular’, entendida como aquela que guarda as origens mais profundas da nação, quer dizer constituindo a sua identidade própria.

Por seu turno, na tradição francesa, a cultura foi representada durante o século XX como sinal de distinção das elites intelectuais e artísticas, referindo-se especificamente à produção literária, musical, pictórica, arquitetural, enfim, às grandes Artes.

Portugal recebeu influências de ambas as tradições, quer de uma quer da outra das formas de pensar a cultura, embora a alemã nos tenha chegado pela via quase exclusiva das traduções francesas (cf. Antero de Quental, entre outros).

Ao longo do século XX ambas as tradições conviveram em Portugal, mas em domínios políticos e académicos diferentes: para o Estado Novo a identidade cultural portuguesa encontrava-se nas mais antigas tradições de um Portugal antigo, popular, religioso, agrícola e arcaico. Entretanto, desde os anos 50/60 do século XX, impõe-se na academia portuguesa a ideia de cultura mais tipicamente francesa, que valoriza, pelo contrário, as produções das elites culturais, e em particular da Literatura (a ‘grande’ Literatura, diga-se, que não a literatura popular ou oral).

Chegados à Revolução do 25 de Abril, assistiremos a uma revalorização política da cultura popular, em articulação com certas formas de cultura erudita. De qualquer modo, a academia continua, na sua esmagadora maioria, fechada sobre si própria e os seus cânones ‘culturais’ eruditos, elitistas e classistas. Replicando velhos tiques e reproduzindo-se a si própria ao logo das décadas seguintes, teve dificuldade em aceitar a progressiva autonomização desta área de estudo, que foi sendo primariamente entendida como um estudo das condições históricas e sociais da Literatura (como uma forma de contextualização da produção literária) e, num segundo momento, já a partir da década de 90, como o estudo de um conjunto de ‘objetos/ produtos culturais’ que poderiam ser postos a circular na economia capitalista, e já pós-capitalista, enquanto objetos transacionáveis de assinalável valor económico.

É verdade que, os Estudos Culturais, na tradição inglesa que se desenvolveu a partir do Reino Unido nas décadas de 50/60, tiveram escassíssima (quase inexistente) receção, e ainda menor influência, em Portugal até à Revolução do 25 de Abril de 1974, e mesmo nas décadas seguintes.

De qualquer modo, respondendo a uma certa culturalização das Ciências Humanas e Sociais, que teve como catalisador o movimento estruturalista francês (com origem quer na Antropologia quer na Linguística), o qual encontrou múltiplas dificuldades para se impor em Portugal até 1974, começa a surgir timidamente uma área que se intitulava genericamente de ‘Cultura’, essencialmente ao serviço da Literatura, quer contextualizando-a, quer culturalizando a própria Literatura.

Não se tratando propriamente de uma área autónoma (normalmente os professores de Literatura eram os mesmos de Cultura, exceto nalguns raros casos excecionais como na então recém-criada Universidade de Aveiro), ela foi abordando múltiplos aspetos da história e da sociedade, que visavam ‘contextualizar’ o fenómeno literário. A verdade é que o seu estatuto epistemológico e académico foi sempre objeto de uma espécie de desconforto e mesmo de recalçamento, quer dentro das universidades quer pelos próprios investigadores e docentes ligados à área. Com efeito, nas décadas de 70, 80 e ainda parte da 90, a área da então designada ‘Cultura’ era pouco mais do que irrelevante e marginal no contexto universitário português. Mesmo quando não se tratava de ‘contextualizar historicamente a Literatura’ podíamos encontrar na área investigadores e docentes que, detendo uma formação inicial em qualquer área das Ciências Humanas e Sociais, podiam continuar a sua ‘mono-investigação’ na área da Cultura: um historiador na área da cultura continuava a lecionar e investigar História, um filósofo Filosofia, um sociólogo Sociologia, etc.

Se quisermos interrogar-nos sobre o modo como ia sendo praticada esta área até aos primeiros anos da década de 2000, podemos encontrar uma espécie de caos, mais ou menos criativo, mais ou menos bem conseguido, que vai recolhendo em diversas áreas do conhecimento questões dispersas ao sabor de percursos investigativos individuais, também eles dispersos.

Uma primeira tentativa de organizar metodológica e epistemologicamente a área passou, nalguns casos, por transformar a designação de ‘Cultura’ em ‘Ciências da Cultura’, deixando mais claro do que efetivamente se tratava: um conjunto de docentes-investigadores que usavam as teorias, metodologias e práticas de investigação da sua mono-disciplina para trazer o seu contributo académico naquilo que mais se poderia aproximar de uma comum temática designada por ‘Cultura’.

Tratando-se embora de uma estruturação mínima do campo, que não de uma alteração efetiva de práticas académicas, cada área dava, de forma autónoma e independente o seu contributo para abordar essa inefável, vaga, abstrata e amplíssima realidade recoberta pelo termo ‘Cultura’. Com efeito, as Ciências da Cultura são aqui o primeiro expoente de uma prática académica multidisciplinar, que tem a ‘virtude’ de evitar qualquer interrogação epistemológica mais incisiva sobre o campo. Em suma, deixava por responder a questão da legitimidade da lecionação e produção científica na área da Cultura, enquanto forma de interrogação e conhecimento da realidade, ao mesmo tempo que ocupava um espaço cada vez mais amplo na academia, não só por reação mimética ao que se ia passando internacionalmente, mas também respondendo ao crescente interesse de alunos e decisores universitários por esta área do conhecimento.

Mas a verdade é que em nenhuma destas áreas (crítica literária, antropologia, sociologia, etc.) a cultura é tratada como um assunto central, sendo sempre uma questão limitada, subdesenvolvida e restrita.

Com o advento das profundas reformas impostas pelo Processo de Bolonha, que se foram estendendo progressivamente ao logo da primeira década do século XXI a todos os ciclos de estudos das universidades portuguesas, a situação transformou-se profundamente. Dois fatores contribuíram para as decisivas alterações que se vieram a observar no campo: em primeiro lugar a acentuada crise das Ciências Humanas (que já de longa data se vinha a desenvolver), mas também das Ciências Sociais, e, em segundo lugar, a forçada internacionalização a que o sistema universitário se viu submetido, no contexto de integração europeia que o Processo de Bolonha impôs.

É nesta sequência que podemos observar então o surgimento de mais duas novas designações para a área, que correspondem a outras duas formas contemporâneas de entender a Cultura nas Universidades portuguesas. Referimo-nos aos ‘Estudos da Cultura’ e aos ‘Estudos Culturais’.

Com efeito, e no que se refere mais especificamente aos Estudos Culturais, um pouco por todo o mundo eles “têm funcionado como agente e sintoma na reconfiguração da estrutura disciplinar das Humanidades e das Ciências Sociais, um processo que hoje está em curso e longe de estar terminado”. (Baptista, 2009, p. 452)³

³ Antes de prosseguirmos, uma nota para sublinharmos que não se tratou necessariamente de processos de substituição: ainda hoje convivem as áreas da ‘cultura’, das ‘ciências da cultura’, dos ‘estudos da cultura’ e dos ‘estudos culturais’ nas universidades portuguesas, o que implica a observação de práticas de investigação e lecionação, teorias e metodologias diferenciadas dentro do campo.

Da interdisciplinaridade à transdisciplinaridade: os Estudos da Cultura e os Estudos Culturais

O que distingue, então, os ‘Estudos de Cultura’ dos ‘Estudos Culturais’? Em nossa opinião, os primeiros procuram praticar a interdisciplinaridade e os segundos visam partir dela para atingir algum nível de transdisciplinaridade (embora sem negar a interdisciplinaridade que lhes é própria).

De acordo com Capeloa Gil há uma

(...) diferença fundamental entre a prática dos Estudos de Cultura, ancorados numa tradição de estudos de área de matriz literária, e os Estudos Culturais, de substrato mais sociológico. Para aqueles, trata-se efetivamente de mais do que a formulação de uma prática científica exercida em paralelo, mas não em diálogo, tal como acontecia com os Estudos Culturais, segundo referia Raymond Williams na introdução da sua obra *Culture and Society*: «The work which this book records has been done in an area where several disciplines converge but in general do not meet.» (Williams, 1988: 15). A prática dos Estudos de Cultura que aqui assumo como enquadramento metadisciplinar da cadeira de Cultura Alemã desenvolve-se a partir do substrato metodológico e interpretativo dos Estudos Literários, preocupando-se fundamentalmente em ler os diversos textos e interpretá-los nos seus contextos históricos, sociológicos ou antropológicos. (Gil, 2008, pp.148-149)

Com efeito, no âmbito da matriz culturalista dos Estudos Culturais iniciados por Williams, Hoggart e Thompson, os Estudos Culturais desenvolveram-se numa primeira fase a partir de uma matriz teórico-metodológica de cariz histórico-literária, residindo a sua originalidade na interrogação e problematização das novas formas de comunicação mediática e os seus impactos na cultura popular. Com efeito, nesta fase inicial de desenvolvimento dos Estudos Culturais, concordamos com Isabel Capeloa Gil: do ponto de vista epistemológico e metodológico os Estudos Culturais nos seus primórdios encontravam-se muito próximos (embora não coincidissem totalmente) com o que hoje são os Estudos de Cultura, mas ainda sem o aprofundamento interdisciplinar que estes hoje atingiram.

No entanto, desde os anos 80 do século XX, com a liderança de Stuart Hall no CCCS, que os Estudos Culturais não só desenvolvem e aprofundam a interdisciplinaridade que os constitui desde a sua génese como avançaram para a uma trans ou meta disciplina.

Com o que não podemos concordar é com a suposta matriz ‘sociológica’ dos Estudos Culturais, aliás desmentida pela própria formação dos ‘founding fathers’ dos Estudos Culturais que é maioritariamente literária e, no caso de Thompson, histórica.

Mas em que consiste afinal uma área do conhecimento meta ou transdisciplinar? Como já referimos noutra oportunidade, trata-se de uma prática interdisciplinar (Baptista, 2009), que tem caminhado no sentido de se constituir como a-disciplinar ou mesmo antidisciplinar, tendo apenas como questão central as relações de poder que atravessam os fenómenos culturais (entendidos estes de forma contextual e conjuntural).

Como bem sublinha Stuart Hall (2016), um campo que não consegue discutir as relações entre poder e cultura acaba por fazer esvaziar a questão cultural, porque tende a ignorar as relações de dominação/submissão cultural, de centro/periferia... partindo sempre do princípio que as elites cultas levariam as massas periféricas a um estado médio que permitiria o pluralismo cultural e a coesão social, de forma natural (e até com a ajuda dos *mass media*).

Para além disso, se, tradicionalmente, uma área do conhecimento se define epistemologicamente por um objeto e um método específicos, os Estudos Culturais não são uma disciplina, mas uma transdisciplina, dado que as suas relações interdisciplinares são de geografia variável e totalmente contextual. Acresce a isto o facto de as questões específicas que interessam aos Estudos Culturais irem construindo epistemologicamente a diversidade das questões que os ocupam, as quais advêm de uma materialidade atravessada pelo pensamento crítico e a exigência de uma ação política e interventiva, na qual as comunidades são vistas como elementos fundamentais não apenas na sinalização das questões a investigar, mas também como co-produtores de conhecimento (cf. Nicolescu, 2002, 2008).

Como já salientamos noutro contexto (Baptista, 2009, p. 453)

os Estudos Culturais estão (e já desde a sua génese com Stuart Hall nos anos 60, no contexto britânico) geneticamente ligados a um modo de produção de análise cultural que faz convergir princípios e preocupações académicas e cívicas, inquietações simultaneamente teóricas e com a *polis*.

Longe de reduzirem a realidade cultural à sua textualidade, os Estudos Culturais utilizam a interpretação e a compreensão hermenêuticas, bem como o criticismo retórico, no confronto com a materialidade radicalmente con-

textual das práticas das comunidades, usando muito frequentemente as metodologias e técnicas de investigação intensamente qualitativas (mais próximas da Antropologia do que das atuais práticas da Sociologia, eminentemente de pendor quantitativo).

Para além disso, na última década, os Estudos Culturais têm-se articulado cada vez mais profundamente com modalidades diversas de produção de conhecimento artístico e simbólico, procurando reconhecer as múltiplas formas performativas (visuais, musicais, etc.) a que o pensamento crítico sobre a cultura hoje não pode mais eximir-se e com o qual tem dialogado, remetendo a linguagem escrita para um lugar que não é mais o da exclusividade na produção do conhecimento.

Assim, ao propormos o estatuto transdisciplinar para a área dos Estudos Culturais, não estamos de modo nenhum a negar a validade do conhecimento disciplinar, multidisciplinar ou interdisciplinar para o estudo dos fenómenos culturais, mas apenas a propor, na linha de Stuart Hall, uma forma de abordar o cultural que extravasa as fronteiras da delimitação disciplinar em termos de uma definição de objeto e método próprios e específicos:

os estudos culturais não configuram uma ‘disciplina’ mas uma área onde diferentes disciplinas interatuam, visando o estudo de aspectos culturais da sociedade. O complexo particular de disciplinas envolvidas, e os tipos de abordagens adotadas, diferem naturalmente de lugar para lugar. (Hall *et al.*, 2005, p. vi)

Com efeito, o que queremos propor é a sua definição pelo tipo de questões que formulamos (interessados que estamos sobretudo nas questões de poder que articulam a cultura) e pelos modos como são formuladas (a partir da contextualidade material das comunidades que produzem cultura), praticando um radical politeísmo metodológico (Martins, 2009), que, em nosso entender, ganhará em se aproximar e se deixar contaminar cada vez mais pelas linguagens e pelos modos de produção de conhecimento da atividade artística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baptista, M. (2009). Estudos culturais: o quê e o como da investigação. *Carnets, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement*, no spécial, automne / hiver 2009, pp. 451-461.
- Barker, C. (2008). *Cultural Studies - Theory and Practice* (3rd ed.). Sage,

- Bauman, Z. (2007/1991). *Modernidade e ambivalência*. Relógio D'Água Editores.
- Carrilho, M. M. (2022). *A democracia no seu momento apocalíptico*. Grácio Editor.
- Chesta, R. E. (2022). What is critical about the crisis of expertise? A review of Gil Eyal's the crisis of expertise. *Int J Polit Cult Soc* 35, 111–117 (2022).
<https://doi.org/10.1007/s10767-021-09402-x>
- Gadamer, H.-G. (1977). *Wahreit und methode*. Ediciones Sigueme
- Gil, I. C. (2008). O que significa Estudos de Cultura? Um diagnóstico cosmopolita sobre o caso da cultura alemã. *Comunicação e Cultura*, nº6, 137-166.
- Hall, S., *Cultural Studies 1983 – a Theoretical History* (2016), (edited by Jennifer Daryl Slack and Lawrence Grossberg). Duke University Press.
- Hall, S.; Hobson, D.; Lowe, A. e Willis, P. (Ed.) (2005/1980). *Culture, Media, Language. Working Papers in Cultural Studies, 1972-79*. Routledge in association with the Centre for Contemporary Cultural Studies University of Birmingham.
- Hall, S. (1972). *On Ideology: Cultural Studies*. Centre for Contemporary Cultural Studies.
- Heidegger, M. (1962). *Chemins qui ne mènent nulle part*. Gallimard.
- Herder, J. (1987) *Ensaio Sobre a Origem da Linguagem*. Antígona.
- Hoggart, R. (1975). *As Utilizações da Cultura - Aspectos da Vida Cultural da Classe Trabalhadora* (Vol. I e II). Editorial Presença.
- Martins, A. M. (2009). Para um 'politeísmo metodológico' nos Estudos Culturais. In Maria Manuel Baptista (org.), *Cultura – Teorias e Metodologias*, pp.27-40. Ver o Verso.
- Murray, S. (2022). Estudos Culturais Pós-Digitais. In, Luís Henrique Sacchi dos Santos, Lodenir Becker Karnopp, Maria Lúcia Castagna Wortmann, *O que são estudos culturais hoje? Diferentes praticantes retomam a pergunta do International Journal of Cultural Studies*, pp. 93-109. Pimenta Cultural.
- Nicolescu, B. (2002). *Manifesto of Transdisciplinarity*, State University of New York (SUNY) Press
- Nicolescu, B. (Ed.) (2008). *Transdisciplinarity – Theory and Practice*. Hampton Press
- Pereira, R. (2019). *Pensar em tempos de não-pensamento. Notas para uma analítica do brutal na contemporaneidade*. Grácio Editor.
- Stokols, D. (2006). Toward a science of transdisciplinary action research. *American Journal of Community Psychology*, 38, 63–77.
- Thompson, E. P. (1977). *The Making of the English Working Class*. Penguin Books.
- William, J. (2018). *Freedom and resistance in the attention economy*. Cambridge University Press.
- Williams, R. (1980). *The Long Revolution* (6th ed.). Penguin Books.